

Avaliações e reflexões de diretores, coordenadores e assessores da FASE.

Cunca Bocayuva – Diretor da FASE, Programa Nacional Direito ao Trabalho e à Socioeconomia Solidária

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa esteve envolvido em 2005?

O ano de 2005 foi marcado por um bloqueio dessa vez político. Somou-se ao bloqueio da agenda financeira e orçamentária das políticas públicas, que já vinha marcando o início do governo Lula em diante. Houve o problema das denúncias, todo o caso do Valerioduto e essas temáticas, que bloquearam ainda mais o desenvolvimento de uma estratégia que pudesse pressionar o orçamento. De outro lado, o ano de 2005 teve, do ponto de vista dos temas ligados ao trabalho, foi um ano marcado pelo impacto da elevação do salário mínimo, modesta, mas que teve impacto. Também houve algumas políticas de redistribuição de renda: o que não deu certo no programa Fome Zero, se tentou operar com o Bolsa Família. Houve aquele efeito parcial redistributivo. De um lado houve uma compressão das políticas de educação, saúde e habitação, e não tivemos uma política de melhoria de renda nas faixas médias. Mas tivemos na faixa do salário mínimo e nas faixas de extrema pobreza alguns impactos. No contexto do trabalho, o ano de 2005 viu o esforço de conter a inflação. Na contenção da moeda, o esforço do Banco Central produziu um efeito de contração e conseguiu-se deter qualquer expectativa de ampliação da taxa de crescimento, de maneira que se canalizaram recursos para o setor exportador. O que ocorreu para dentro foi que a mudança no perfil cambial permitiu algum aquecimento em faixas específicas de consumo e, ao mesmo tempo, em termos de cesta básica houve um efeito que se acentua na virada para 2006.

Como os movimentos sociais que atuam na mesma área que seu programa estiveram em 2005? Qual o grau de mobilização que atingiram e quais suas principais conquistas?

Em 2005, as centrais sindicais tentaram recompor uma lógica discursiva e uma certa unidade pela primeira vez com centro maior no tema do salário mínimo. Houve um esforço para que em 2006 nós tivéssemos esse aumento com negociação de ele ser dado até mesmo antecipadamente. E houve uma negociação para tentar alguma regulação tributária com relação às faixas de taxaço do Imposto de Renda. Com relação à economia solidária, sua expectativa naquilo que ela tem interface com o agrário, o cooperativismo agro-industrial e o novo associativismo, ela se relacionou com algumas dessas dinâmicas de assentamentos, agricultura familiar, piscicultura e fruticultura etc. Houve efeitos tópicos e, em algumas áreas atingidas pelo Bolsa Família houve esforços de formação de cooperativismo e associativismo, como no Mato Grosso e no Pará. Na economia solidária, na realidade, consolidaram-se as experiências no campo de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Políticas para catadores, talvez essa seja a área com peso maior.

Se manteve uma dinâmica de redes regionais e ações municipais sem um incremento maior. O microcrédito e as políticas urbanas de economia solidária não cresceram tanto, mas as ações organizativas difusas cresceram. Ações de incubação, formação de grupos, criação de expectativas, continuidade de mobilização de fóruns e redes. Até o primeiro semestre de 2005, houve um grande dinamismo e uma grande experimentação em termos de cooperativismo, principalmente na organização de mulheres em costura, confecção, serviços e atividades de alimentação.

Houve alguma mudança metodológica em sua atuação em 2005? Se sim, como e por que ocorreu?

A noção de economia solidária, noção de empreendedorismo, a noção de cooperativa popular, estas noções e um campo de atores e ações dinamizaram e permitem hoje que a gente identifique uma ampliação das potencialidades das estratégias e metodologias de tecnologia social de incubação. E aí a FASE tem acompanhado e observado o valor das experiências das universidades, que de certa forma qualificam mais e articulam mais com determinado universo que pode organizar de maneira mais sistemática e dar um determinado fio de acúmulo que pode fortalecer o que é feito de maneira espontânea ou mesmo precária pelas ONGs ou demais atores. Há uma possibilidade em que a articulação entre campo da economia solidária, entidades de apoio, movimentos sociais e universidades, faça uma convergência mediada pelos agentes institucionais e com as forças que apóiam tecnologias sociais e estratégias de inclusão, possa de alguma forma criar um conjunto de referenciais metodológicos. Esses referenciais, a grosso modo, articulam preocupações com o modo de produção do saber e da cultura via uma definição de pedagogia com raízes na educação popular, um aprofundamento na valorização dos referenciais de cooperativismo e autogestão que dão a definição de um perfil do que se chama de empreendedorismo solidário. E um terceiro elemento é o mais ligado à formação de políticas e de uma plataforma de ações que a gente pode chamar de economia solidária. E que na realidade é a configuração articulada que resulta de um comprometimento público político, constituição de atores e essa dinâmica educativa e produtiva que vão gerar essa possibilidade de economia solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda. Ou até como uma alternativa mais crítica ao modo de produção dominante.

Evanildo Barbosa – coordenador do Programa Regional Pernambuco

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa este envolvido em 2005?

Os investimentos sociais do governo de Pernambuco foram secundarizados, o que atingiu áreas como saúde, educação e assistência social. A fragilidade na segurança pública atingiu níveis preocupantes. Pernambuco desponta nacionalmente entre os estados com maiores índices de violência no país. As ações do governo estadual na região metropolitana de Recife foram limitadas, pontuais e marcadas pela fragmentação, jamais enfrentando os os enormes e urgentes desafios de uma região marcada por desigualdades e exclusões. No âmbito das possibilidades de

participação popular na gestão da cidade de Recife, eixo com o qual o programa trabalha há anos, houve uma concentração de poderes em torno de um grupo seleto de auxiliares do prefeito João Paulo (PT). Aumentaram as dificuldades de interlocução entre os setores populares e o governo. Já p empresariado, em especial aqueles ligados ao mercado imobiliário, agradecem publicamente à prefeitura pelo diálogo aberto com o poder executivo municipal. Foi emblemático o processo de construção do Plano Diretor de Recife, no qual foi feita uma conferência com a sociedade, o que gerou propostas às vezes opostas ao interesse do setor imobiliário. O prefeito declarou na imprensa que não daria seguimento às propostas da conferência por considerá-las sectárias. Em seguida, ele recuou, mas disse que faria emendas ao enviar as propostas à Câmara Municipal.

Como os movimentos sociais da área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? Qual foi o alcance deste smovimentos, tanto em termos de participação em políticas públicas, como em termos de pressão sobre o poder público? E ainda, qual foi o grau de mobilização social dentro da área em que atua em 2005?

Houve avanços e retrocessos na atuação dos movimentos sociais em Pernambuco. Cada caso é um caso, portanto destacamos alguns. O Fórum Estadual de Reforma Urbana consolidou-se como espaço aglutinador de atores sociais, congregando cerca de 30 instituições e representantes de articulações municipais. Em 2005, destacamos dois momentos do Fórum. No processo do Plano Diretor de Recife, o Fórum contribuiu na conferência que culminou com propostas de política urbana contra a verticalização da cidade de Recife, contra o crescimento desordenado da cidade e por um novo sistema de gestão com participação popular, entre outras. Já no segundo semestre, o Fórum realizou a Marcha Estadual em Defesa da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, reunindo cerca de 5 mil pessoas. Já há algum tempo não se realizava um evento deste porte na cidade. Com relação ao Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, o Prezeis, houve uma espera por reformas administrativas na prefeitura. Com o controle social, evitou-se um esvaziamento do programa, que terá em 2006 uma verba próxima de R\$ 3 milhões, como já vinha sendo antes. Com relação à ação pelo desenvolvimento sustentável e justiça ambiental, a Fase participou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Una. Nele, em 2005, iniciaram-se estudos técnicos para a revitalização da mata ciliar do rio Una. O projeto de revitalização ainda não se consolidou porque o governo do estado tem planos de privatizar os recursos hídricos. Para reforçar a revitalização do rio Una, a Fase investiu na realização do primeiro Encontro de Bacias Hidrográficas de Pernambuco, em que os comitês de bacia dedicados a vários rios estiveram presentes. Ainda em termos de mobilização, a Fase Pernambuco pôr bastante peso nas questões de Gênero, Raça e Juventude como corte definidor de políticas. A discussão foi levada ao Fórum Estadual de Reforma Urbana. A Fase PE também se associou a organizações de mulheres e/ou feministas.

Quanto às metodologias de trabalho social, notou alguma variação no ano de 2005? Seu eixo de trabalho mudou? Se sim, como e em função de que? As mudanças culturais e tecnológicas demandaram algum adaptação em termos

de discurso e formas de abordagem dos problemas? Se não tiver havido mudanças, como avalia o discurso e suas maneiras de abordar as questões?

Uma posta metodológica importante da Fase PE consiste na definição de uma estratégia política pedagógica. Iniciou-se no ano passado um processo de construção da Escola de Formação Política. A meta é arrematar o projeto ao longo de 2006, para que no ano que vem a escola possa ser uma realidade. Desde já, contudo, a futura escola mobiliza internamente a entidade, que debate metodologias, processos pedagógicos, sistematização de nossas experiências práticas e a revisão dos conteúdos que temos usado nas atuais atividades de formação. Este trabalho, embora inicial, já envolve outras entidades, como é o caso de ETAPAS e Centro Josué de Castro) Continuamos reforçando fóruns, redes e movimentos nas estratégias de controle social, participação nas políticas públicas e exigibilidade de direitos.

Fátima Mello – Diretora da Fase, Programa de Relações Internacionais

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa/área de atuação esteve envolvido em 2005?

O Núcleo de Relações Internacionais é uma área nova na Fase. No ano de 2005, ficou mais claro para nós que a dimensão internacional está totalmente articulada à ação local da instituição. Todo nosso trabalho foi montado no sentido de dar mais visibilidade à relação entre a ação local da Fase e o que se passa na esfera internacional. Os condicionamentos da política internacional e mesmo a política externa do governo brasileiro: o que isso tudo tem a ver com o que a Fase enfrenta nos territórios. Foi um ano em que nós investimos muito na construção das articulações entre o tema das monoculturas e a política externa comercial do governo. A Fase, na sua atuação nos territórios, enfrenta o desafio de resistir a três grandes monoculturas, soja no Mato Grosso, eucalipto para produção de papel e celulose no Espírito Santo, e a monocultura da cana na Zona da Mata pernambucana para produção de açúcar e etanol. Todas monoculturas voltadas para a exportação, baseadas no latifúndio, no agronegócio, herbicidas e cada vez mais em transgênicos. Tudo isso se articula muito com o trabalho do Núcleo de Relações Internacionais, que focaliza comércio, pois a expansão dessas monoculturas é o que mais condiciona a política externa desse governo, por conta de toda a relação que isso tem com a manutenção da política econômica. Nosso desafio no ano passado, que ainda tem um caminho longo a percorrer, é perceber alternativas a isso. Seguir reforçando as resistências nos plano local, nacional e internacional. Mas temos que avançar no sentido de dizer o que queremos colocar no lugar disso. 2005 também foi um ano em que se abriu um terreno fértil com o novo perfil de governos que se desenha na região. Dois momentos foram muito importantes, um a Cúpula das Américas em que fizemos a Cúpula dos Povos, e o Fórum Social Mundial de Caracas. Nesses dois momentos, comemoramos as vitórias de manter a Alca e o acordo entre União Européia e Mercosul paralizados e além disso começamos a contruir um terreno político de alternativas. E o lugar da integração regional como alternativa a tudo isso. Avançamos substantivamente em termos de um ambiente para discutir alternativas.

Como os movimentos sociais da área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? Qual foi o alcance desses movimentos? E qual foi o grau de mobilização social dentro de sua área em 2005?

O Núcleo de Relações Internacionais se relacionou, sempre em via de mão dupla, com um campo muito vasto e muito heterogêneo de atores, que vão movimentos sociais do campo como a Via Campesina, Contag, Fetraf, passando por movimentos que atuam na defesa de serviços públicos, movimentos de mulheres, enfim. Todos os movimentos que estão articulados no Fórum Social Mundial, na Campanha Continental contra a Alca, este é o terreno onde o Núcleo de Relações Internacionais se move. Nós precisamos manter um campo de unidade no meio dessa pluralidade que cada vez mais demanda nitidez. Com a eleição destes novos governos na América Latina, há propostas muito concretas de integração sendo discutidas, então nós somos chamados a responder a pautas muito concretas que não são mais somente de resistência, e sim do que queremos de verdade. Isso divide muito esses atores. Aí a Fase tem um papel importante no sentido de construir sínteses possíveis entre as diversas visões e manter esse campo de diversidade de atores sempre com algum nível de coesão. A Fase atua muito tentando buscar essa unidade na pluralidade.

Quanto às metodologias, houve alguma mudança em 2005?

Não é que mudou, mas estamos pondo um acento cada vez maior na integração da questão internacional para dentro da Fase. Então, cada vez mais a gente investe em extrair da atuação da Fase nos territórios lições concretas para nossa atuação no plano internacional. É muito fácil a gente falar na esfera internacional das questões em tese. Mas o que a Fase faz nos territórios nos interpela muito concretamente. Por exemplo, no Espírito Santo nós somos contra a monocultura do eucalipto, mas como a gente aponta uma alternativa real para as populações ali? Isso nos interpela muito, porque temos que ao mesmo tempo dizer não e dizer sim para alguma coisa. Na relação com os atores no território fica mais clara a necessidade de responder a desafios mais concretos do que as teses que a gente lança no cenário internacional. Essa relação entre o micro e o macro é onde nós estamos investindo.

Jean Pierre Leroy – coordenador do Projeto Brasil Sustentável e Democrático

Qual foi o contexto em que seu projeto esteve inserido em 2005?

Nosso programa evoluiu num contexto não muito favorável, porque trabalhando no encontro da questão ambiental com a questão do desenvolvimento, o que vimos foi um governo que não consegue definir políticas de desenvolvimento mas fala de desenvolvimento, mas fala de desenvolvimento e que, não tento projeto, aceita no fundo qualquer coisa que empurre esse desenvolvimento. Em segundo, como continua com a política macroeconômica de estabilização e de privilegiar as questões das finanças etc, não havia também interesse em questionar as políticas

adotadas pelas empresas e pelo agronegócio. Além disso, o governo optou por deixar rolar a questão dos transgênicos, pois precisava do apoio do agronegócio, promoveu a transposição do rio São Francisco, todo esse debate enorme da pobreza e do desenvolvimento. Enfim, um contexto bastante desfavorável em que, manifestamente, o meio ambiente não tinha nenhuma importância. E quando se pronunciaram sobre a questão do meio ambiente foi, em geral, para ceder às exigências do desenvolvimento. Talvez escapou a isso a questão florestal da Amazônia, por causa da grande repercussão que houve do desmatamento de 2004 para 2005, e a morte da irmã Dorothy. Essa combinação de fatos fez com que o governo criasse coragem para uma intervenção mais forte e isso respaldou o Ministério do Meio Ambiente para formular propostas e conseguir alguns avanços, que não sei se vão se concretizar no futuro. Em tese, talvez tenha sido a única coisa que avançou. Por outro lado, o agronegócio, com a queda do preço da soja, teve um freio. Mas 2005 é um ano em que o discurso da produção da energia e da biomassa vem com muita força. E portanto, cria uma expectativa, talvez crie valorização de terra. Dá um fôlego e perspectiva para o agronegócio. No contexto internacional em que se discute a OMC, o que predominou foram discussões comerciais. Mas tem um aspecto para nós importante, porque quando os países se organizam em blocos para esses debates não estão discutindo o modelo de desenvolvimento. No fundo, tenho a impressão de que boa parte da sociedade civil vai discutir que, frente à política de estabilidade macroeconômica, devemos voltar ao desenvolvimento. Ou frente às exigências do norte, devemos criar um pólo de resistência no sul. Mas é muito pouco presente a questão de que modelo de desenvolvimento. Para nós, também foi um fator que nos coloca numa posição não só minoritária mas de certo modo e às vezes, quase isolada. Outro ponto que vemos progressivamente é que as grandes empresas, aquelas que destroem o território e o meio ambiente, se apresentando aos poucos como donas de responsabilidade social, responsabilidade ambiental e os campeões do meio ambiente. Quem enfrenta isso, enfrenta reais problemas. Nós vimos isso muito claramente quando fizemos um questionamento à Petrobras, pressionada a pedido de entidades e atingidos do Equador. Era quase como uma coisa curiosa: ah, questionar a Petrobras, como se pode? Então aqueles que tentam colocar a questão ambiental no plano político têm a tendência de ficar isolados. Então, é um contexto um pouco difícil.

Os movimentos sociais ligados à sua área de atuação, como estiveram em 2005?

A questão mulheres. Nossa sensação é de que os movimentos de mulheres incorporaram muito pouco a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade. Quando trabalham isso, é de modo isolado. Não há cruzamento entre a agenda feminista e a agenda socioambiental. Nós costumamos, aos poucos, contatos com organizações de mulheres já muito próximas da Fase, então isso já representa um avanço. Ver que pessoas importantes de movimento perceberam como isso poderia ser importante. Não temos um grande pique aí, mas abriu-se algo de muito importante, para a Fase e para os movimentos de mulheres. Abrimos também alguma coisa com a CUT. Nós começamos a realizar com a CUT cursos de formação para sustentabilidade. Já realizamos isso em cinco estados em 2005. A sensação é de que os sindicatos enfrentavam questões ambientais quando havia uma questão concreta colocada. Mas no resto do tempo, é como se a questão da sustentabilidade

fosse da alçada da Comissão Nacional do Meio Ambiente. E conseguimos em discussão com a CUT, desencadear um processo em que a sustentabilidade começasse a fazer parte do pensamento estratégico da CUT, de seu projeto. Isso, não tivemos condição de aprofundar, mas foi significativo, e espero que se possa continuar com a nova direção da CUT. Outra coisa é esse diálogo sobre a ação da Petrobrás no Equador. Isso nos colocou num movimento bastante informal, que não é articulado, mas que permitiu ver que em vários países da América Latina, inclusive o Brasil, tem setores que estão, embora não articulados, mas eu diria que em movimento, unidos em questionamento ao predomínio do petróleo e do gás e o modo como as empresas se comportam. Acho que aí há um potencial muito interessante de mostrar que há uma integração que se está construindo a partir de um campo de enfrentamento de grandes questões. Estamos nisso. Não procuramos liderar um processo de formação de movimento, mas a gente sente que essa questão foi colocada. O livro que publicamos responde algo que existe. Não inventamos nada. Há um movimento latente de gente querendo questionar, discutir alternativas, ser considerado como cidadão para interferir nessas dinâmicas. E isso foi antes e independentemente da questão do governo boliviano. É o surgimento de questões que vêm da base e há mais tempo. Inclusive permitem entender melhor a posição de Evo Morales. Porque na verdade surgia em bases camponesas e indígenas a vontade de ser interlocutor, com a vontade de retomar num outro pé essa questão do petróleo. Um outro ponto interessante: sabemos que o movimento negro é bastante diversificado, é muito plural. Nós, através de todo o trabalho de discussão e reflexão sobre Justiça Ambiental, chegamos a focalizar a questão do racismo ambiental. Realizamos já no ano passado uma oficina que nos mostrou o potencial dessa luta. Talvez não para formar um movimento a mais, mas para que os movimentos negros tenham mais uma ferramenta em suas reivindicações. Isso é mais uma coisa que está dando certo, no sentido de que estamos trazendo mais uma contribuição para essas organizações.

Com relação à metodologia, é possível apontar mudanças em 2005? Quais foram e por que aconteceram?

Sobre metodologia, como nossos recursos diminuem, eu diria que sim, tem uma mudança. Nós organizamos nossos eventos, algumas coisinhas, mas talvez o mais importante que nós achamos é participar de iniciativas de outros. E trazer nossa contribuição em iniciativas que fossem de outros. Talvez fosse isso. Já que não temos poder convocatório, que não queremos ter aliança mas também não temos recursos, isso é intervir em debates de outros, estar presente nos debates de outros.

Jorge Eduardo Durão – Diretor executivo da Fase e diretor geral da Abong

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa ou área de atuação esteve envolvido em 2005?

Eu tive a oportunidade de rever as várias contribuições setoriais em termos de avaliação desse Ciclo de Avaliação da Fase em 2005. E de todas elas, podemos

depreender um fio condutor comum que é: 2005 foi um ano difícil, o que não impediu que em diferentes áreas tenha havido avanços e vitórias. Mas acho que 2005 foi sem dúvida alguma, para o conjunto das ONGs, para a Fase e para a própria Abong, foi um ano em que nós fomos extremamente tensionados pela conjuntura política. Um ano marcado por uma crise política que praticamente paralizou o legislativo, fez com que a energia do Congresso fosse concentrada em CPIs e apuração de escândalos de corrupção. A falta de transparência em relação à gestão de recursos públicos chegou a respingar sobre as organizações da sociedade civil, isso também teve um efeito paralizador sobre a implementação de algumas agendas. Por exemplo: no caso das ONGs, que tinham iniciado o ano realizando um esforço de diálogo com o Congresso na questão do marco legal, pode-se dizer que essa agenda específica foi totalmente bloqueada. E apenas agora, em meados de 2006, é que ressurge uma possibilidade de retomar esse diálogo através de um fórum que vai ser feito por iniciativa do Senado, que é um evento que o Senado realiza periodicamente. E fica visível que, nesse contexto, as conquistas que estão em processo de realização estão sujeitas também a retrocessos. Por exemplo: lendo os vários boletins da Fase, você vê que num determinado momento se estão apontando avanços com relação a legislação na área de saneamento urbano e no outro momento já há uma ameaça. E você tem uma base de sustentação do governo que é tão comprometida com as forças mais conservadoras, privatistas e anti-sociais que você não tem segurança nenhuma de continuidade. Da mesma maneira que antes a saída do Olívio Dutra do Ministério das Cidades também instabilizou uma série de processos. Nesse contexto, chega até a ser notável que tenham se registrado avanços em relação a políticas públicas do ponto de vista dos objetivos dos movimentos tanto na área urbana quanto na área rural. Mas acho que outro elemento que deve ser considerado é o cenário de indefinição dos próprios movimentos sociais, pois a meu ver muitos deles têm posições ambíguas com relação ao atual governo. E diante da frustração que o governo Lula representou do ponto de vista de um projeto de mudança da sociedade que pudesse ter um alcance maior, acho que os movimentos tenderam a optar por posicionamentos bastante pragmáticos e descolados de uma orientação política mais ampla. Isso em 2005 se manifestou por vezes em tensões com relação à condução dos movimentos. Um exemplo mais claro disso foi a realização, no caso do movimento negro, de duas Marchas Zumbi + 10 no espaço de poucos dias, refletindo a oposição entre setores mais preocupados com autonomia do movimento e setores mais preocupados em manter uma certa sustentação do governo Lula naquela conjuntura de crise exacerbada em que nós nos encontrávamos em 2005. Agora, em relação à atuação da Fase, eu vou dizer uma coisa que não sei se estaria configurada em 2005 com a mesma clareza que tem agora, mas que certamente já vinha se gestando desde 2005 e até desde antes, que é o seguinte: a Fase tende a ficar cada vez mais marcada por uma posição de crítica radical ao modelo de desenvolvimento vigente. O que abre uma série de áreas conflitivas que não necessariamente se expressam através de ações governamentais. Não que não sejam sustentados pelo Estado brasileiro, mas são conflitos que muitas vezes vão aparecer como conflitos diretos com empresas. Porque a atuação da Fase no Espírito Santo e na Bahia nos coloca num campo de conflito aberto com as empresas da cadeia da celulose. Já em 2005, havia denúncias sobre a atuação da Petrobras no Equador, com a violação de direitos de povos indígenas e também com práticas condenáveis do ponto de vista ambiental.

Tanto que a Fase acolheu a demanda destes movimentos e publicou esse livro crítico em relação à ação da Petrobrás que foi lançado no Fórum Social Mundial de Caracas. Então, recentemente, eu estava lendo um artigo do Globo muito contundente contra os ONGs, dizendo que é preciso apurar quem são essas entidades que são contrárias ao agronegócio. Ser contrário ao agronegócio só pode ser uma posição anti-nacional. Ele poderia ter acrescentado também que nós somos contrários às siderúrgicas, que se beneficiam da depredação da Amazônia pela produção de carvão vegetal. Essas coisas todas que você acaba de mencionar (que as ONGs também são contra a celulose, as hidrelétricas e outras áreas em que o Brasil seria “competitivo” de acordo com o jornal) são vantagens comparativas do Brasil. Ontem eu estava numa reunião do PAD em que o representante da Pastoral dos Migrantes falou duas coisas muito importantes. Primeiro, ele fez a denúncia de que já chega a 416 o número de trabalhadores rurais mortos na produção de cana no Brasil. A maioria é de jovens. Muitos morrem por exaustão e a grande maioria por acidentes de trabalho. Esta precariedade de condição de trabalho destes assalariados rurais é outra vantagem comparativa do Brasil. Se nós fôssemos listar o que o pensamento econômico e o que esse tipo de mídia classificam como vantagens que o Brasil tem para sua inserção na economia global, seria uma lista de maldades sem fim. Então eu acho que a Fase tem tido uma grande coerência na sua atuação. Essa coerência significa o seguinte: não abrimos mão de um programa que tenha a ver com uma crítica consistente do modelo de desenvolvimento do país. E a Fase, além dos programas regionais e dos nacionais tem também o Projeto Brasil Sustentável e Democrático que alimenta de maneira muito consistente essas reflexões. A Fase se coloca realmente na contramão das tendências dominantes, sem renunciar a ocupar espaços e a contribuir para os avanços possíveis em termos de conquistas relativas às políticas públicas. Mas não tem como ignorar que a orientação do atual governo e dos que o precederam é totalmente ligada a um modelo econômico e dito de desenvolvimento que é hegemônico pelo capital financeiro, mas que tem uma forma específica de viabilização dos lucros do setor financeiro que é essa recolorização do país sobretudo pela expansão do agronegócio e também pelas atividades de exploração de minério etc. Quer dizer, acho que aqui que tradicionalmente se chamava de campo democrático e popular está totalmente fragmentado e não tem nenhum projeto comum em relação a essa questão do modelo de desenvolvimento. Mais do que isso, acho que alguns segmentos são totalmente identificados com esse modelo aí, com a condição de que ele viabilize uma margem de crescimento econômico razoável e aumento dos empregos. Em síntese, me parece estar aí o problema. E tudo isso significa dizer que, em 2006 e para o futuro, a Fase e as ONGs com as quais temos maior afinidades estão colocadas diante de grandes desafios. Um deles, do qual já estamos bastante conscientes, é a necessidade de dar importância maior à atuação relativa às empresas, e não apenas ao Estado e às políticas públicas. Nesse sentido, a Cese e o PAD vão promover em outubro um seminário sobre ONGs e empresas e a Abong também vai inculuir esse tema no seminário que vai acontecer no dia anterior à sua assembléia em novembro em São Paulo. E eu acho que a idéia é começar a abordar esse tema numa ótica distinta da ótica da responsabilidade social empresarial. É partir do papel que as empresas efetivamente têm, como atores, em relação ao desenvolvimento, à reprodução desse modelo econômico, à democracia no país, tudo isso.

Como os atores externos com quem você se relaciona atuaram em 2005? Qual foi o grau de mobilização percebido?

As minhas funções não levam a que eu tenha um vínculo privilegiado com nenhum movimento. Eu participo muito também de atividades que têm a ver com a cooperação internacional e com o diálogo com governos, e eu pessoalmente acompanhei, como Abong, esse processo de participação das associações de ONGs na busca de mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento. Desde 2004 foi lançada uma ação global para o combate à pobreza e à fome, chamada iniciativa Lula Chirac, que depois ficou conhecida como iniciativa quadripartite, porque era iniciativa dos governos do Brasil, da França, do Chile e da Espanha. A Espanha depois se tornou menos ativa, na minha avaliação, e entraram outros países como Alemanha e Argélia. Muitas ONGs, principalmente do Brasil, da França e do Chile, mas também redes internacionais, apostaram nesse processo. Porque é um processo que abre certas perspectivas de taxação do capital de transações financeiras. Quase um embrião de um sistema de tributação global. É claro que entre a ambição inicial da iniciativa e a prática, o que temos concretamente até agora, além de muitos debates sobre a viabilidade de diferentes tipos de mecanismo, é a criação, por alguns países, de uma taxa sobre passagens de avião. E isso agora está aterrissando na constituição de uma central internacional de compra de medicamentos destinados a combater a AIDS, a tuberculose e grandes pandemias. E nós, da sociedade civil, temos participado com a preocupação de não permitir que se esqueça da agenda macro, que a coisa não fique só nesse nível mais específico. E ao mesmo tempo, em relação à questão da saúde, existe uma compreensão de que no contexto dos acordos TRIPS da OMC, o impacto desses fundos relativamente limitados para a compra de medicamentos, mesmo que seja uma compra centralizada, tem muito pouca capacidade de contrabalançar o impacto negativo das políticas que favorecem os privilégios da propriedade intelectual. Acho que seria bom lembrar que no ano de 2005 houve um evento muito positivo, que foi o diálogo da Fase com a cooperação internacional e com parceiros do Brasil. Eu acho que foi um diálogo que ao mesmo tempo reforçou a percepção da legitimidade da Fase e dos respaldos desses parceiros a seu trabalho. E por outro lado, algumas questões importantes foram levantadas que, a meu ver ao longo do ano procuramos avançar nas respostas a elas, como por exemplo o desafio de que a Fase incorporasse de maneira mais aprofundada a questão da luta contra o racismo e a desigualdade racial. Já havia uma consciência interna com relação a isso.

Com relação à metodologia, houve alguma alteração sensível em 2005?

Não vou falar sobre metodologia especificamente, mas acho que para completar o balanço, vou falar sobre mudanças extremamente relevantes no método de gestão da instituição. Foi um esforço que iniciamos em 2005 de realizar o que chamamos habitualmente de gestão integrada, que é uma tentativa de superar os limites do modelo de financiamento da Fase, cujas contradições foram agravadas pela tendência crescente das agências de cooperação em financiar projetos e reduzir o apoio institucional. Nós fizemos um balanço, a direção executiva, em diálogo permanente com a Coordenação Executiva Nacional, a CEN. Fizemos um exame

muito aprofundado das contradições desse modelo e temos trabalhado intensamente no sentido de integrar programas que fazem parte do chamado programa institucional da Fase e aqueles projetos que antigamente eram chamados de extra-trienal e fazer uma racionalização do uso dos recursos, explorar ao máximo a possibilidade de integração das atividades. E isso é tanto mais importante quanto um balanço da situação da Fase em 2005 não poderia ignorar a situação de crise financeira em que nos encontramos. A Fase e todas as entidades, ONGs, movimentos sociais e entidades de qualquer natureza que tenham uma dependência de fundos da cooperação internacional sofreram perdas brutais de receita. Ironicamente, nossa situação é igual à do setor exportador, que se queixa das perdas cambiais. E até mesmo problemas como o déficit que a Abong teve de administrar decorrente do Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre, foram em grande parte causados pela perda cambial, porque entre o momento que foi feito aquele orçamento e o momento em que chegaram aqueles recursos da cooperação houve uma supervalorização do Real. Então essa nova política de gestão institucional também é uma maneira de responder a uma crise dessa natureza e dessas proporções.

Mabel Mello – Assessora do Programa de Relações Internacionais e representante da Fase no Processo de Articulação e Diálogo (PAD)

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa ou área de atuação esteve envolvido em 2005?

Foi um ano bastante importante na articulação da luta contra a privatização, e aí acho que falo mais em nível da própria região do que de Brasil. No Brasil, a grande importância dessa luta foi na luta pela aprovação do projeto de lei 5296, a Política Nacional de Saneamento Ambiental, que a gente, como movimento, construiu junto do governo, que foi para o congresso e está sendo completamente mutilada. Mas durante o ano de 2005, houve mobilização e conversas, proposição de emendas, para garantir os princípios mínimos que estão nessa proposta de política. Em termos de comércio internacional foi um ano extremamente movimentado. Tivemos Hong Kong (a 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio), Mar del Plata (a Cúpula das Américas, que reuniu presidentes das três Américas na Argentina), a história que acirrou a luta contra as transnacionais em nossos países vizinhos. Foi um ano muito forte em termos de comércio, água, tanto no Brasil como na região. Deu um salto grande em termos de mobilização. No Brasil, a gente conseguiu levar o tema do comércio a um campo muito mais além do que antes ele estava restrito.

Como os movimentos da área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? Qual foi o alcance destes movimentos e seu grau de mobilização?

Nós fomos aos movimentos, alguns dos quais já trabalhavam com a questão da água e do comércio. A gente tem aí o Fórum Nacional de Reforma Urbana, Movimento de Direitos Humanos, o Movimento dos Atingidos por Barragens, Contag, Fetraf e MST, que estão juntos da Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Existe uma aproximação dos ambientalistas. Desde o Fórum Social Mundial

de 2005 eles vêm se juntando mais. Isso conforma um campo completamente diverso. O mais importante disso, como eu pude ver agora no México, é que o pessoal que trata de serviços públicos água está incorporando em sua discussão os riscos que as negociações de Hong Kong trazem para a questão de saneamento. Esse discurso não é mais só nosso. Houve gente lá que chamou atenção para as ameaças da OMC ao saneamento. Isso está funcionando.

Quanto às metodologias, houve alguma variação no ano de 2005? Seu eixo de trabalho mudou?

Acho que esta nova conformação de um campo que mencionei acima é fruto de uma mudança na metodologia. É o resultado de sair um pouco das nossas questões e trabalhar outras questões sob a nossa ótica. É um hibridismo de ver o seu lado, ver o outro, achar as pontes possíveis, ver em que momento se pode trabalhar mais isso ou aquilo. Não ficar brigando por palavras de ordem. Retirar a importância de quem está levando a questão, trabalhar mais coletivamente. O pessoal dos direitos humanos tem uma contribuição importante. Alguns atores são chave na questão da água: os atingidos por barragens são um exemplo, assim como os defensores dos direitos dos consumidores. Por exemplo, na próxima conta de água os consumidores terão um relatório sobre a qualidade da água, isso é uma conquista. Mas foi uma briga forte também, em nome do controle cidadão sobre a água que se tem.

Marcelo Calazans – coordenador do Programa Regional Espírito Santo

Em que contexto seu programa esteve inserido no ano de 2005?

2005 para nós foi um ano muito complexo, porque foi um ano de grande expansão das monoculturas de eucalipto, não só no Espírito Santo, mas pelo sul da Bahia, por Minas e pelo Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo que se expande, a monocultura acirra os conflitos que já vinham. Um cenário que já vinha de 2003 e 2004 de grandes conflitos de retomada de terras indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo que já estavam acirrados, vem o plano do governo Lula... 2005 foi um ano de grandes conflitos, que nos lançou num cenário de grande violência, de criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. E ao mesmo tempo um profundo boicote da grande mídia regional sobre o que estava acontecendo. Nós fazíamos passeatas com até mil pessoas em Vitória que não saíam na mídia, grandes ocupações de terra que não saíam, todo um debate sobre a resistência contra a monocultura que não saía. E quando saía era no aspecto negativo. Foi um ano muito complicado, mas foi um ano de aprofundamento da resistência. A luta indígena em 2005 ocupou os 11 mil hectares, foi para cima do território. A luta quilombola em 2005 formou uma comissão para a ocupação do território que só veio a acontecer em 2006. Mas houve ocupações do MST e teve o MPA na luta contra os fomentos. O contexto de 2005 aponta, primeiro, um cenário de acirramento dos conflitos, mas ao mesmo tempo um cenário de maior articulação e fortalecimento da resistência. E em termos internacionais, começou a campanha contra a Aracruz na Alemanha, principalmente com a organização Robin Wood, que é parceira nossa na Alemanha, visando diminuir o consumo de lenços e toalhas

de papel produzidos a partir da celulose comprada da Aracruz. Foi um ano complexo, em que o governo Lula esteve muito mais do lado do setor do que de nós, a não ser por alguns ministérios, alguns programas de apoio a quilombola. Mas em geral, o Plano Nacional de Florestas, a Marina (Silva), todo o Ministério do Meio Ambiente, toda a estrutura do governo Lula esteve a serviço das empresas. Isso nos deixou numa situação bastante complexa.

Com relação aos movimentos sociais, como você avalia a intensidade da mobilização em seu estado em 2005?

Os movimentos sociais já vêm de um processo no Espírito Santo. O MPA está estruturado há muitos anos, o MST mais ainda. Primeiro, eu identifico uma grande crise financeira dos movimentos sociais. O MST, ao mesmo tempo em que tem que mobilizar mil ou duas mil pessoas, está devendo, está à bancarrota. O MPA idem. A Via Campesina, que é o grande ator territorial fora índios e quilombolas, vive uma grande dificuldade com coisas como aluguel de ônibus para fazer as ocupações, transporte de ativistas. Por um lado, tem essa crise financeira, mas por outro lado há um aumento grande. O MST entrou em municípios onde antes não tinham penetração, por exemplo em Vila do Riacho, que é um distrito pequeno do lado da fábrica da Aracruz. Era uma área onde uma comunidade de cerca de 40 famílias batalhavam contra a empresa. Nós então conseguimos fazer um canal dessas 40 famílias com o MST. Os movimentos cresceram na esteira da resistência. Perceno que a Via Campesina começa a se estruturar, a rede de agroecologia estadual deu um bom salto desde 2005, e esse ano já teve o ENA. Eu percebo os movimentos sociais num recrudescimento da luta, num processo de maior fôlego de resistência, com planos de confronto cada vez mais acirrados. Não é mais só fazer passeata e ocupar uma prefeitura. É partir para cima da terra, derrubar o eucalipto, parar o caminhão, cortar o canal de água que abastece a fábrica. Percebe-se que as ações de 2005, comparando-se aos anos anteriores, foram cada vez mais acirradas, porque também reagiam à expansão das monoculturas. Além disso existe um radical processo de criminalização das lideranças. Há lideranças quilombolas presas, indígenas presos e processados. Só de quilombolas deve ter uns 24 processados por invasão de propriedade privada. Jornalistas da mídia alternativa, que no estado é representada pelo site Século Diário, deve ter uns quatro ou cinco processados pela Aracruz por calúnia e difamação. Toda a resistência sofre o refluxo da pressão da empresa. Por exemplo, o Incra e a Funai, órgãos públicos diretamente envolvidos na disputa dos índios e quilombolas, tínhamos conseguido colocar em setores estratégicos do Incra e da Funai pessoas que eram da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Mas a Aracruz já está num grande movimento de pressão e essas pessoas já estão sendo demitidas. No Ibama, por exemplo, o cara já não se segurou. Os movimentos avançam e se empoderam, mas ao mesmo tempo há um baita processo de criminalização, não só deles mas também de tudo aquilo que os reforça. Mas eu percebo uma maior articulação dos movimentos não só dentro do Espírito Santo, mas do Espírito Santo com os do Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. As mulheres campesinas do MMC no Rio Grande do Sul ocupam o viveiro de mudas da Aracruz lá embaixo em protesto contra o despejo dos índios no Espírito Santo. Então as lutas se articulam, mas muito lentamente. E uma outra coisa importante em 2005 tem a ver com a rearticulação das lutas para além do ES, que é a deslocalização da Aracruz. Ela não se concentra mais no estado, não faz

planos para o ES como fazia. Está migrando para o sul da Bahia, para o Rio Grande do Sul, então os movimentos sociais do Espírito Santo de alguma forma têm que trabalhar com os outros estados essa deslocalização. Porque o capital se desloca numa velocidade e os movimentos sociais não têm conseguido acompanhar. Mas uma tese muito comum no ES é que, apesar da expansão do eucalipto, nós temos conseguido barrar muito essa expansão, principalmente o debate de novas plantas industriais lá. A próxima fábrica da Aracruz está indo para o Rio Grande do Sul, a anterior foi para a Bahia. Isso por um lado demonstra uma vitória do movimento, pois recuperou os hectares indígenas etc. Mas por outro lado tem que se pensar como se articular com o sul da Bahia e o Rio Grande do Sul. Nossa resistência só no ES não é eficiente.

Com relação à metodologia, as escolhas e opções metodológicas de seu programa, como você avalia o ano que passou?

A gente vem acertando. Eu percebo que temos uma metodologia que é atuar em duas esferas. Uma esfera é micro, local, lá dentro da comunidade, é o caso da Escola de Formação Política dos quilombolas. E uma outra estratégia é internacional e nacional. A gente tem combinado a grande luta da retomada da terra com a ação local. Uma outra metodologia de intervenção é a gente atuar nos conflitos. O conflito para nós é o principal indicador de onde o confronto está se dando. É claro que temos grande interesse em agroecologia, em estruturas produtivas alternativas, isso é muito importante, porém, para nós é importante que esse debate do projeto alternativo se dê nas áreas onde o conflito está. Não me adianta tomate orgânico, ou agroecologia, fora das áreas de confronto. Por exemplo, o debate hoje lá com os índios, de um viveiro de mudas de Mata Atlântica, uma discussão que já vem de 2005, nos interesse pensar a Mata Atlântica na reconversão do eucalipto. Essa coisa de eleger o conflito como indicador fundamental de onde a gente vai atuar tem sido uma metodologia que temos achado correta, porque tem nos feito agir na ponta do processo. É onde o quilombola está em guerra, é onde o índio está em conflito. Há muita diferença entre impacto e resistência. Tem muitos lugares que são impactados mas não há resistência, tem outros que são impactados e há resistência. No caso dos quilombolas, tem comunidades em São Mateus que são muito impactadas pelo eucalipto, mas a resistência é menor do que em outros. Então a gente dá mais valor onde a resistência já está gerando, por si própria, conflito. A Fase não gera conflito, ela atua onde o conflito já existe. E a nossa agenda, nossa metodologia guiada por esse prisma do conflito acabou nos deixando uma margem interessante de trabalho com esse público que está numa resistência aguerrida. Isso nos tirou de um campo conceitual do debate e nos levou direto para onde o confronto se dá. Não nos interessa só mobilizações de atores sociais, nos interessa mobilização de atores para confronto, que é nosso grande indicador metodológico. Temos que colocar 2 mil na rua? Temos. Mas isso não é suficiente, não é só fazer palavras de ordem contra a prefeitura ou contra o governo do estado, tem que partir para uma certa ofensiva, porque não se produz celulose com celular e notebook. A empresa precisa do território e nós estamos disputando cada centímetro desse território. As estratégias de defesa são territoriais, é a água que abastece a fábrica, é o solo de onde o eucalipto cresce. É na luta pela terra, na luta pela água, é nisso que a Fase tem se ocupado.

Maria Elena Rodriguez – coordenadora do Projeto DESC (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)

Em que contexto político seu projeto esteve inserido no ano de 2005?

A situação de direitos humanos em 2005 foi bastante peculiar. Por que institucionalmente, no Estado, a problemática dos direitos humanos perdeu um pouco a relevância, tanto é assim que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos perdeu o status de ministério e passou a ter um papel muito relegado dentro da dinâmica do Estado. Isso foi devido a várias coisas, um pouco porque o secretário não tinha uma posição muito clara sobre o que são direitos humanos, e qual é o papel de um ministro da área, e um pouco porque para fazer uma política de direitos humanos precisa ter recursos, coisa que a Secretaria não tinha. E um terceiro ponto é porque se pensava que os direitos humanos estavam diluídos em todos os ministérios. Então ter uma centralidade não era tão importante. Os movimentos e entidades que trabalham com direitos humanos tiveram uma atitude muito pró-ativa, pautando o Estado nesse trabalho. Acho que aconteceram mudanças interessantes, que foram propostas pela sociedade civil. Por exemplo, um programa nacional de defesa dos direitos humanos, pela primeira vez o Brasil entendeu que os movimentos são criminalizados, que os defensores de direitos sofrem ameaças, e por isso criou um sistema nacional que partiu da sociedade civil e que foi interiorizado pelo Estado. No final de 2005, nós recuperamos o status de ministério, e a Secretaria começou a retomar esse ânimo um pouco perdido. Do ponto de vista institucional foi uma conjuntura ruim, mas do ponto de vista dos movimentos, foi uma conjuntura importante, pois tiveram uma postura muito mais ampla e estruturada sobre direitos humanos.

Com relação a seus parceiros externos e movimentos com os quais trabalha, como eles atuaram em 2005?

Eu acho que nós passamos pelo mesmo processo que todos passaram, que o governo tivesse uma proposta clara para trabalhar com direitos humanos, mas depois viu-se que o governo não tinha esse pique. Isso levou a que as organizações tivessem uma atuação muito mais clara. Estou falando de Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, redes e fóruns de direitos humanos. Nossa atuação voltou-se para as bases. Fizemos relatórios nacionais, conferências nacionais. O Brasil tinha chegado a um momento em que o trabalho entre o Estado e a sociedade civil era bastante articulado, e no ano passado se fez uma ruptura, o que de alguma forma fortaleceu as organizações. Então isso levou a que as organizações tivessem uma plataforma muito mais clara, em vez de uma plataforma simplesmente articulada ao Estado em programas conjuntos. Isso gerou, lá pelo fim do ano, movimentos e fóruns regionais que trabalham direitos humanos numa perspectiva autônoma.

O seu projeto fez alguma nova opção metodológica em 2005? Se fez, qual foi ela e por que aconteceu?

Em 2005, houve uma explosão de conflitos sociais em que as violações de direitos humanos ficaram muito evidentes. Fizemos uma opção muito interessante, que foi

de trabalhar com grandes movimentos. Começamos a trabalhar com o Movimento dos Atingidos por Barragens, sobretudo no processo de formação e capacitação, apostando na vitalidade do movimento para entender que os atingidos são vítimas de violações de direitos, e não vítimas do acaso de terem suas casas destruídas por causa de barragens. Entramos na articulação com outras organizações em grandes projetos. Por exemplo, a elaboração de de relatórios nacionais sobre situação de direitos humanos. Nos encarregamos de fazer articulações com outros grupos. Estamos elaborando o relatório nacional sobre violações de direitos humanos econômicos, sociais e culturais no país inteiro. Somos quatro organizações encarregadas, fazendo 27 audiências estaduais, para fazer a sistematização e o documento final. Nós optamos, além desse trabalho de acompanhamento de casos específicos, nós fizemos grandes investimentos em processos mais estruturais. E optamos por fazer o acompanhamento de casos jurídicos. Nós nos demos conta de que além de capacitação e formação, nós nos convencemos que as ações jurídicas são instrumentos importantes na luta pelos direitos. Acompanhamos vários processos visando garantir a justiciabilidade dos direitos pela via judicial também, o que é um aspecto novo e importante para nós.

Maria Emília Pacheco – Diretora da Fase, Programa Nacional Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar

Em que contexto político o seu programa esteve inserido no ano de 2005?

A primeira constatação é de que 2005 significou a continuidade da política macroeconômica deste governo, com a destinação de recursos financeiros e com a estratégia política em favor da continuidade da expansão das monoculturas, com um acentuado peso para o plantio da soja. O que ocorre em algumas regiões de ação do programa. A soja se expandiu pelo Mato Grosso, Amazônia, na região do oeste do Pará e na direção do estado do Amazonas. Mas também a questão da monocultura do eucalipto. Embora essa política tenha se mantido, é um governo que encerra em seu conjunto algumas contradições, porque não dá para desconhecer que no ano de 2005 se ampliaram os recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar, destinado a crédito, e abriu-se uma linha chamada Pronaf Agroecologia. Isso é um dado novo. Também a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos é uma iniciativa extremamente importante, embora não tenha alcançado ainda o estatuto de uma política pública. Mas é um programa muito importante, acho que tem que continuar uma luta política para que ele ganhe um novo estatuto, sob vários ângulos. Primeiro, que ele se amplie, esse foi um debate permanente no ano passado no Consea. E para que haja uma alternativa que não seja apenas baseada nos mecanismos de crédito dos bancos, porque o PAA possibilita chegar a um extrato do campesinato mais pobre que não está subordinado à bancarização. Além disso, ele permite relacionar o o mecanismo de política agrícola com o mecanismo de segurança alimentar, porque ele vai da aquisição do alimento nesse extrato do campesinato e destina-se para o mercado institucional da alimentação escolar, das creches etc. Esse é um grande filão no Brasil. A política de alimentação escolar é universal, mas historicamente ela favorece o grande comércio atacadista. Com essa possibilidade da agricultura familiar abastecer esse mercado, e ser reconhecido como um ator econômico importante é muito bom. Isso se dá atualmente somente em algumas fatias mínimas em algumas micro-regiões. Mas já tem produzido uma dinâmica

econômica, social e ambiental que merece ser analisada. Por exemplo: em áreas do agroextrativismo, ter produtos como a polpa do umbu usada na merenda para sucos é extremamente importante, pela valorização regional do alimento. Porque também substitui o alimento industrial que muitas vezes não tem o componente nutricional adequado. É um exemplo de contradição dentro do governo. Essa proposta nasceu dentro do Plano de Safra discutido no Consea em 2003. É interessante, mas como eu disse é um programa, e nós estamos batalhando para que os recursos destinados a ele cresçam, pois são muito limitados. No Ministério do Meio Ambiente, a novidade foi a criação de uma comissão nacional de populações tradicionais e também uma ampliação de possibilidades de projetos de agroextrativismo, mas também de forma um pouco contraditória, porque os recursos no fim do ano se reduziram em vez de ampliar. Ou seja, alguns programas e projetos que não existiam no governo anterior, têm sido importantes. Quero destacar também a capacidade de interlocução política da Articulação Nacional de Agroecologia com o MDA para influenciar na política de assistência técnica e extensão rural. Disso resultou um programa já pioneiro no ministério de apoio a um consórcio de ONGs para experimentar mais as ações não como assistência técnica convencional mas dando mais peso para os intercâmbios de agricultores e experimentadores. É uma pena que a Fase não está nesse projeto pioneiro. Mas foi um efeito importante do ano passado que acaba repercutindo. Isso tudo aconteceu nesse cenário de recursos ainda limitados para esse tipo de agricultura e sob o crescimento de conflitos em áreas, inclusive, onde a Fase atua. Eu acabei de ver uma nova interpretação de dados sobre conflitos agrários no Brasil provocados por violência instalada pelo Estado ou por empresas privadas e é interessante ver o deslocamento dos conflitos por onde vai a expansão, e onde exatamente você vê o maior número de conflitos é no estado de Mato Grosso. Porque é exatamente onde você tem a grande coincidência, onde o governador é o maior sojicultor do mundo. Quem fez essa interpretação é o Carlos Valter, da Universidade Fluminense (UFF??). As metas de assentamento no campo continuaram muito aquém do que estava estabelecido no plano. O reconhecimento de terras quilombolas também não evoluiu. A evolução foi na demarcação de algumas áreas de unidades de conservação, especialmente em áreas onde o conflito foi mais intenso, como na Amazônia, onde houve maior pressão do movimento social e onde a legislação estabeleceu novas áreas.

Como os movimentos sociais ligados à área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? E qual o grau de mobilização alcançado?

Um exemplo eu já dei, relacionado à influência da ANA na política de assistência técnica, que está ligada à questão da pesquisa. E isso tem um dado importante: a Embrapa abriu mais um espaço de discussão de um programa nacional de agrobiodiversidade, e os grupos de trabalho da ANA, onde a Fase está presente, estão influenciando nessa política. Tanto o grupo de trabalho chamado Construção do Conhecimento Agroecológico, que discute mais a política de assistência técnica, como o grupo de biodiversidade que discute mais a política da Embrapa. Mas o quadro é de muitas contradições, porque por outro lado se tem o seguro agrícola como uma novidade (garantindo compensação por perdas do pequeno agricultor), mas ele não cobre as situações em que foram usadas sementes crioulas, e esse é

um dos pontos principais de quem está no campo agroecológico. Então há uma luta com o governo para que o governo dê seguro a esses casos de sementes tradicionais. Também é importante o debate sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar. Esse debate está mais dentro do Consea, nos fóruns de segurança alimentar em alguns estados. Já passou por algumas comissões do Congresso. O governo atual não tem uma política de segurança alimentar. O Fome Zero era o carro chefe mas acabou virando um arremedo, um conjunto de projetos. Nós fizemos uma opção de eleger alguns pontos do Fome Zero que têm caráter estruturante para poder monitorá-los, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, a questão das sementes, da biodiversidade. Mas a novidade de ter uma Lei Orgânica é que ela não só traz para o campo institucional o debate da segurança alimentar e não apenas o de combate à fome (porque no governo o que domina é a visão do combate à fome). Traz também à tona o debate sobre o orçamento, não há programa de segurança alimentar se não houver intersectorialidade entre vários ministérios. E também marca que nós não estamos falando apenas do acesso ao alimento, mas ao alimento de qualidade. Acho que se chegarmos a ter em 2006 essa proposta de sistema aprovada será um passo importante porque ajuda a preparar a conferência nacional que terá lugar no ano que vem. A Lei Orgânica fixa também a necessidade de monitorar e renovar as políticas em conferências. Isso tudo começou a ser construído em 2005 com grande influência do Consea e do Fórum Nacional de Segurança Alimentar. Sobre a questão da reforma agrária, eu continuo achando que sob a perspectiva da ação dos movimentos, o debate continua muito setorializado, assim como a influência sobre o governo. O Fórum de Reforma Agrária continua muito centralizado no que está escrito no plano nacional de reforma agrária, mas o plano não tem uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, não dialoga com outros programas do Ministério do Meio Ambiente. As metas de assentamento estão longe de serem realizadas. Mas os únicos movimentos que têm uma mobilização permanente no Brasil são os movimentos do campo, porque têm uma agenda que saem de uma mobilização para outra. A novidade que eu vejo, e isso foi marcante em 2005, é que os movimentos no campo, uns mais que outros, têm colocado no centro de suas lutas o direito humano à alimentação, tomado no seu sentido mais amplo, de soberania alimentar. Estou com essa visão, de que as plataformas dos movimentos vão cada vez mais colocando a questão do direito à alimentação como algo agregador, articulador de um conjunto de lutas. Então a defesa não é mais só da terra, é do território. Por isso que o Dia Mundial da Alimentação está se tornando uma data importante politicamente. Algum tempo atrás, era o Dia do Trabalhador Rural, ou o Dia Nacional da Luta dos Camponeses. Mas o Dia Mundial da Alimentação em outubro começou a ser também um dia catalisador para os movimentos, articulações e fóruns que trabalham a questão da segurança alimentar. Em 2005 isso aconteceu, mas não começou em 2005, isso vem devagarinho. Isso está ganhando expressão, e é importante. A mobilização das mulheres é um ponto importantíssimo de dizer. A Marcha Mundial das Mulheres, sobretudo, faz um diálogo permanente com vários movimentos do campo. Enfim, em resumo, vejo no campo brasileiro hoje uma efervescência, eu continuo vendo isso. Há quem diga que os capitularam, que têm uma relação muito umbilical com o governo. Eu vejo uma efervescência nesses movimentos, vejo uma vitalidade. Quero acentuar mais uma coisa: o processo de preparação do ENA, que se deu parte dele em 2005, mostrou que a ANA ajuda a tecer elos entre os movimentos no

Brasil. São vários cruzamentos: a discussão sobre direitos territoriais deixa de ser somente da Amazônia e começa a ter algum elo com alguns movimentos, também porque o próprio governo favoreceu ao criar Conselho Nacional de Populações Tradicionais. Então, acho que isso é um processo muito vivo. O que acho muito significativo em 2005 são os debates e o enfrentamento com a monocultura. Acho que essa vai ser cada vez mais uma clivagem dos movimentos. Estamos vindo de um momento em que as coisas estavam ainda um pouco turvas, e ainda não está muito claro, porque nós circulamos em terrenos muito pantanosos a meu ver. Tem uma visão das agências de cooperação e também de atores no plano internacional que apostam na necessidade de fazer uma mesa de negociação com as empresas, para que as empresas adotem outros padrões de produção, o esverdeamento. E tem movimentos que eu vejo que estão radicalizando. E acho que isso vai acabar redesenhando essas articulações internacionais.

Com relação à metodologia de seu trabalho, o programa adotou alguma mudança durante o ano passado? Se sim, qual foi ela e por que aconteceu?

Primeiro, a grande variação em metodologia em 2005 eu não vejo. Eu vejo carência, vejo lacuna. Alguém dentro da Fase já disse e eu repito, a gente está precisando recuperar a face educativa da Fase. Isso pode parecer um contrasenso, por que a Fase realiza programas de formação, cursos etc. Mas a Fase parou de problematizar isso. Sua concepção de formação, de diagnóstico. Acho que isso precisava ser mais bem trabalhado. Eu me lembro que em 2005, nós tínhamos previsto um debate sobre as concepções de formação de gênero, mas não fizemos por falta de recurso. Porque a Fase realiza um curso de políticas públicas e gênero no Pará, no Projeto Semear há uma certa inflexão sobre mulheres, tem iniciativas de diagnóstico no Mato Grosso. Mas a gente não conseguiu dar esse tratamento. Peguei esse exemplo, mas poderia pegar outro. Acho que a Fase poderia aprofundar melhor o debate sobre a sua face educativa, nos novos tempos conforme as novas demandas que existem. A Fase veio se tornando cada vez mais uma entidade de articulação, mediação, e vem problematizando pouco isso. Outra coisa: dentro da ANA existe um grupo de trabalho que se chama Construção do Conhecimento Agroecológico. Nós não conseguimos ter pessoas da Fase que participassem desse grupo. Esse grupo tem pelo menos duas razões de ser fundamentais. Uma, porque é o lugar por excelência da concepção e prática da extensão rural no Brasil. Quando nós fizemos a discussão do plano geral do governo Lula de extensão rural, nós acabamos influenciando. Colegas sobretudo do Pará e do Mato Grosso opinaram. A continuidade desse grupo é porque tem uma discussão importante na perspectiva da metodologia, pois se discute o que representa a horizontalidade de formação de agricultores experimentadores, interação de saberes. E aí a própria Fase experimentou na prática algumas dessas iniciativas mas a gente está problematizando pouco. E isso tem repercussão sobre a concepção de projeto produtivo. Tem um campo de debate aí que carece de ser feito. E isso tem impacto no conjunto do programa também porque não são todos os programas regionais que desenvolvem esses projetos produtivos. É uma lacuna que vamos ter que enfrentar agora na reestruturação da Fase, mas eu estou sentindo falta de um espaço de aprofundamento da concepção de metodologia do trabalho da Fase, especialmente nessa vertente que relaciona formação, educação e experimentação social. E isso se materializa mais concretamente nos trabalhos

rurais da Fase, não tem como trabalhar pela ampliação do campo agroecológico no Brasil se a gente não der uma prioridade a isso. A gente precisa saber melhor como será o rumo do trabalho na Bahia, no Espírito Santo. Embora a Bahia tenha uma vertente educativa muito forte, que se desenvolveu muito com esse convênio com o movimento sindical para o projeto Semear, se isso não estiver ancorado de maneira muito forte, fica precário. Eu estou um pouco preocupada. Os projetos da Fase não têm se ampliado na dimensão que eu acho que teríamos condições de ampliar nesses últimos tempos. É verdade que tem várias iniciativas no Pará e Mato Grosso, mas tem algumas descontinuidades. Pernambuco tem uma potencialidade no trabalho mas não deslanchou nesse campo da experimentação. Fica muito restrito, e são poucos os casos em que se trabalham as experimentações agroecológicas. Como eu disse, não adianta dizer que vamos influenciar nas políticas só no discurso. Tem que ter a experimentação. Em resumo, essa discussão sobre metodologia aplicada nesse tipo de trabalho da Fase precisa ser aprofundada. E a gente precisa de fato saber qual a dimensão dos projetos que a gente quer desenvolver na Fase. As entidades do campo agroecológico estão, muitas delas, expandindo seu campo de ação. Se analisar hoje, a quantidade de famílias de agricultores envolvidos nesses projetos pode ser até maior do que da Fase. Acho que tem duas iniciativas nesse campo metodológico, agora tratando de metodologia no sentido amplo e não referida à experimentação. O fato de a gente ter tentado realizar um projeto que articule várias unidades da Fase para pensar como dar um tratamento na questão das monoculturas, isso é uma coisa muito positiva que fizemos em 2005 que eu quero realçar. O segundo ponto que quero pôr em relevo é que para esse tipo de trabalho com projetos produtivos, a Fase tem que garantir a continuidade do projeto e a realização de um intercâmbio mais assíduo dentro da própria Fase. A Fase precisa conhecer melhor como ela própria faz. Mas é um fazer, esse fazer precisa ser mais bem conhecido e ser objeto de diálogo de equipe para equipe. Mas como assim? Como as condições concretas de intervenção social são distintas, assim como as possibilidades materiais, eu vejo uma grande dificuldade em fazer isso. Concretamente, é possível um intercâmbio dessa natureza entre Mato Grosso e Pará, porque do ponto de vista material como também do ponto de vista da história do trabalho, têm mais aproximação. Agora, para juntar com as outras equipes eu vejo uma possibilidade maior no caso de Pernambuco, que tem uma experimentação lá concreta em terreno. Mas temos limitações. Como desenvolver esses trabalhos de expansão, de replicabilidade dessa perspectiva produtiva em agroecologia se não tem profissionais da área em vários casos? Talvez essas perguntas devam ser acrescidas, no caso das equipes regionais, do questionamento sobre como as equipes se vêm, em que unidade esses regionais se vêm.

Matheus Otterloo – coordenador do Programa Regional Pará

Em que contexto político o seu programa esteve inserido no ano de 2005?

O contexto da intervenção da FASE na Amazônia no ano de 2005 é marcado pela extrema VIOLÊNCIA, tanto nas áreas do campo quanto nas áreas urbanas. No campo isto se demonstrou nos assassinatos tanto de lideranças camponesas quanto de lideranças religiosas. O assassinato da irmã Dorothy, religiosa e

defensora intransigente dos agricultores de base familiar com décadas de luta na região de Altamira-Xingu-Transamazônica (área de intervenção da FASE nas articulações do Fundo DEMA, FAOR e COMOVA), com forte repercussão, é um bom exemplo disto na medida que evidencia o contexto da impunidade e a persistência das articulações criminosas, já que este assassinato como também de diversas outras lideranças rurais foram previstos e denunciados junto às autoridades com muita antecedência.

Da mesma forma, a região Amazônica compartilha o contexto nacional da crescente e extrema violência nas áreas urbanas. Numa recente pesquisa nacional, Belém foi indicada como a metrópole onde as pessoas se sentem mais inseguras no Brasil. Infelizmente os fatores determinantes desta situação permaneceram sem muita alteração. A demora da reforma agrária, a insistência numa política econômica dando prioridade aos agronegócios que favorecem a produção em grande escala em função do mercado externo (soja, minério), a concentração da renda, a falta da perspectiva de emprego, continuam a fazer parte do contexto da intervenção da FASE na Amazônia, inibindo os atores sociais e limitando o alcance dos efeitos da sua ação. Vale ainda mencionar a frustração sentida pelos atores sociais em relação ao quadro nacional da política partidária, o qual, em muitos aspectos, abalou os princípios éticos que serviram longos tempos como parâmetros de ação.

O contexto institucional do programa é marcado de um lado pela falta de recursos financeiros, algo que afetou todo o conjunto da Fase e de outro lado pela reforma institucional feita em 2004 que tirou o programa como elemento constitutivo da direção nacional da FASE, mantendo porém o caráter nacional da intervenção a nível de coordenação regional sem conseguir dar as condições adequadas para isto. Apesar de estar marcado por esta carga pesadamente negativa, vale ressaltar que o contexto e a dinâmica do Programa Amazônia de 2005 também contou com alguns elementos mais positivos que ajudaram a resistir e vencer os obstáculos, obtendo um mínimo de resultados positivos. As próprias contradições existentes por dentro do governo federal e a crescente pressão do desmatamento progressivo fizeram que algumas medidas tomadas neste nível em prol da Amazônia favorecessem as propostas deste programa. Mencionamos aqui o incentivo dado pelo comissão nacional dos povos tradicionais do Ibama/MMA no fortalecimento das áreas de conservação e de reservas extrativistas, a troca de dirigentes do 1º escalão no nível regional em órgãos federais estratégicas como Incra e Ibama, o apoio dado pelo Ministério Público Federal e pelo Estadual em alguns conflitos de terra, a abertura de alguns Ministérios e Secretarias como o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, fortalecendo e propiciando recursos para algumas propostas em andamento. Lembramos aqui as reservas extrativistas pensadas no município de Gurupá, a rede das escolas familiares rurais implantada na Transamazônica, a constituição do território rural de Tocantins, a valorização do Estatuto da cidade e os Planos Diretores e a busca de alternativas sustentáveis em relação ao asfaltamento da BR 163, a estrada da soja ligando Mato Grosso, via Rio Amazonas, ao Oceano Atlântico, as feiras populares e o fortalecimento da luta contra a violência doméstica.

O 2º elemento positivo se constituiu no fato que o programa em execução é um desdobramento da atuação nos anos anteriores na região. A consistência dos atores sociais, parceiros do programa, e a existência de uma forte confiança

institucional na FASE formaram elementos decisivos para o êxito do trabalho. Tanto ao nível das experiências produtivas como ao nível da formação e consolidação de fóruns e redes, este fato garantiu os desdobramentos essenciais previstos e às vezes o ir além da previsão como foi no caso da atuação do programa na área de pequenas e médias cidades da Amazônia através do COMOVA, na implantação do Observatório da Cidadania na Amazônia Ocidental através do FAOR, na implementação da experiência da certificação do açaí na região do Baixo Tocantins, nos cursos de formação do MMNEPA, na horizontalização das experiências produtivas florestais e extrativistas no Estuário do Amazonas, na realização do Encontro regional da Agroecologia na Amazônia preparando o encontro do ANA, na socialização do significado da IIRSA, na evolução da campanha JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA e na implementação do fundo DEMA.

Como os movimentos sociais ligados à sua área de atuação traduziram suas lutas em 2005? E qual foi o grau de mobilização alcançado?

Destacamos diversos fatos ocorridos os quais possuem indicadores de alta mobilização em 2005, apesar de que o contexto seja de mobilização contida, propício para atividades de formação, articulação interna e outras desta natureza decorrente das decepções ocorridas em relação à política do governo Lula e os escândalos da corrupção que em muito afetaram as bases éticas que constituíram no passado recente a base ou o ponto de partida das ações reivindicatórias.

A decretação da reserva extrativista VERDE PARA SEMPRE no Oeste do Pará

A pressão constante das denúncias de desmatamento, a extração e negociação ilegal de madeira pelo conjunto dos movimentos sociais e ONGs da região em manifestações públicas, massivas, simpósios e ações de lobby nas esferas governamentais, foram fatores decisivos para alcançar este resultado.

O assassinato da Irmã Dorothy Stang

Fato traumático que foi fator de mobilização social no ano inteiro não só se limitando às esferas da ação pastoral da Igreja católica, mas se estendendo para os movimentos sociais e ONGs da região do Oeste do Pará, do estado, do Brasil e do mundo. As mobilizações públicas que chegaram a reunir milhares de pessoas em lugares bastante isolados, as redes de comunicação eletrônicas usadas pelos movimentos sociais, organizações econômicas populares, sindicatos rurais de produção familiar, redes e fóruns articuladores da região Amazônica causaram um efeito na superestrutura que levou a intervenções federais a nível de investigação e prisão de assassinos e seus mandantes.

A luta contra a monocultura da soja na região de Santarém/Belterra e contra o complexo hidrelétrico BELO MONTE na região do XINGU

Mobilizações públicas, com elaboração de pautas reivindicatórias que foram entregues às autoridades e instâncias governamentais municipais, estaduais e federais chegando a mobilizar centenas de pessoas e dezenas de

organizações articuladas a nível regional, nacional e internacional conseguiram frear o desenvolvimento destas iniciativas, consideradas altamente prejudiciais para o desenvolvimento com garantia dos Direitos Humanos (DhESCA)

A retomada da luta urbana

- Destaca-se a retomada da mobilização das organizações urbanas, especialmente em torno da democratização da gestão das cidades, na promoção das discussões sobre o Plano Diretor urbano e a realização de Conferências com participação de centenas de pessoas e organizações.

Com relação à metodologia de seu trabalho, o programa adotou alguma mudança durante o ano passado? No caso de resposta afirmativa, qual foi a mudança e porque ela aconteceu?

Apesar que o quadro geral do desenrolar das atividades do 1º ano do Trienal 2005-2007 do Programa da Fase na Amazônia é da confirmação das ações e suas metodologias previstas, há algumas alterações que talvez sejam importantes para mencionar: Um programa nacional destituído da sua institucionalidade real e de fato como nacional dentro da FASE

Apresenta-se aqui um quadro total das atividades e resultados da fusão entre o PROGRAMA NACIONAL AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICA e o PROGRAMA REGIONAL PARÁ/AMAZÔNIA ORIENTAL. A distinção existente ainda no balanço institucional 2002-2004 da FASE produzida pela sua Unidade de Planejamento e Aprendizagem institucional, não recebeu o apoio institucional necessário para legitimar esta distinção, o que levou a coordenação nacional do programa Amazônia e a coordenação regional do Programa Amazônia/Pará a construir uma unidade onde ambas as dimensões se integram e se alimentam mutuamente. Neste sentido, podemos afirmar que o Programa Nacional da Fase na Amazônia tem a sua base experimental no Pará e a partir dela se insere na Amazônia Oriental e Ocidental articulando dentro das suas possibilidades as dimensões nacionais e internacionais decorrentes da problemática da Amazônia Brasileira e sua inserção panamazônica.

Em 2005, o programa esteve presente em praticamente todos os estados da Amazônia Brasileira, em eventos internacionais (África e América Latina) e concentrou uma razoável quantidade do seu tempo nas articulações nacionais, especialmente nas temáticas estratégicas e interfaces com os outros programas nacionais como Agricultura familiar, Proambiente, Justiça Ambiental, Agroecologia, Economia Solidária, Exploração sustentável e comunitária de produtos florestais. As novas ações, não previstas no POA 2005, aconteceram, muitas vezes por pressão de solicitações externas para assessoria pontual, decorrente da crescente legitimidade reconhecida em certas áreas de trabalho. Neste caso vale uma menção especial em relação à linha 4 (Gênero). Em outros casos surgiram novas oportunidades que pela sua adequação com os objetivos estratégicos do programa não poderiam ser desprezadas. Neste sentido, duas situações que representam a maior concentração de ações novas merecem um destaque. A linha da Agroecologia, Segurança Alimentar e Socioeconomia Solidária, linha 2, possui a percentagem de atividades novas (40,2%) ligeiramente abaixo das suas atividades previstas. O aproveitamento destas oportunidades teve um alcance na Amazônia

inteira e fortaleceu de modo significativo a experiência da Fase no desenvolvimento sustentável no Baixo Tocantins.

A outra situação se concentra na linha de Direito à Cidade e Sustentabilidade na Amazônia, Linha 3. Esta linha possui a maior concentração das novas ações desenvolvidas (44%) extrapolando a quantidade das suas atividades previstas. Ambos os desdobramentos se demonstraram extremamente válidos para desenvolver e projetar o caráter próprio da questão urbana na Amazônia. Vale a pena ressaltar que nestas duas situações o total das ações novas ultrapassa a soma das ações excluídas, substituídas e adiadas, indicando uma ampliação das atividades nem sempre acompanhada pela ampliação correspondente de recursos humanos e financeiros e portanto causando uma sobrecarga significativa no conjunto do programa. Como conclusão poderíamos talvez aqui afirmar que o conjunto do Programa Amazônia no 1º ano do novo Trienal soube se adaptar às circunstâncias e manter a dinâmica do programa sob controle com criatividade e flexibilidade. Com certeza deve-se isto em grande parte ao funcionamento satisfatório de coletivo de gestão do Programa.

Mauro Santos – coordenador do Programa Regional Rio de Janeiro

Em que contexto político o seu programa esteve inserido no ano de 2005?

O ano de 2005 foi um ano importante, principalmente na agenda de lutas por políticas urbanas. Houve uma retomada do movimento nacional por reforma urbana e no estado do Rio de Janeiro nós participamos de mobilizações estaduais. A FASE teve um papel importante no processo da Marcha da Reforma Urbana. Desse processo resultou a retomada de um Fórum Estadual de Reforma Urbana, reunindo os movimentos de luta pela moradia, os movimentos da Baixada pelo saneamento ambiental, os sindicatos de engenheiros e arquitetos etc. E também foi um ano importante pela realização do ciclo de conferências da política urbana, em que a FASE teve um papel importante tanto na Conferência Regional da Baixada, como na Conferência Estadual. E contribuiu para retomada do processo de lutas dessa articulação regional. Tem um movimento que desde a década de 80 foi formado na Baixada que é o Comitê de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense. Desse processo de conferências, sobressai a necessidade de um consórcio entre os municípios da região para pensar um novo modelo de saneamento, tendo em vista que a Cedae (empresa de saneamento que opera na região) não tem qualquer compromisso, seja de controle social de suas ações seja de articulação com seus municípios. Para isso, apontamos a necessidade de um fórum regional para tratar da questão do saneamento envolvendo governo e sociedade. Claro que também continuam sendo necessários os Conselhos Municipais das Cidades, que vários municípios ainda não implementaram, para articular as políticas urbanas. Se por um lado a sociedade avançou em pensar a Baixada, o contexto político foi desfavorável a isso. Houve uma certa crença de que com a mudança do perfil político-partidário na Baixada houvesse uma nova motivação para esse dimensão regional, mas isso não aconteceu. Então assumiu como presidente da Associação de Prefeitos da Baixada o prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Farias, com o qual tivemos muitas dificuldades de interlocução no sentido de abraçar essa agenda regional. Fizemos várias tentativas de diálogo ao

longo do ano e, quando ocorreu já no fim do ano, não houve maiores desdobramentos pois a associação estava em transição para o atual presidente, que é o prefeito de Duque de Caxias. Os dois não retomaram um projeto importante para a Baixada, que fora aprovado em convênio entre Ministério das Cidades, Cedae, FASE e as prefeituras para realizar um diagnóstico dos serviços de saneamento da região. Ele serviria para articular as prefeituras e o governo do estado em torno dessa interlocução, identificando prioridades para atacar um dos problemas mais graves da região.

Como os movimentos sociais ligados à área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? E qual o grau de mobilização alcançado?

Esse processo motivou a retomada de ações de mobilização do Comitê de Saneamento. Destaca-se a questão das enchentes na região. Nesse sentido, tivemos duas estratégias. Uma era identificar os pontos críticos de enchente, vendo onde os rios estavam mais assoreados, as áreas de risco para a população etc. A segunda estava relacionada ao processo de mobilização, em que a gente procurou chamar atenção para o problema das enchentes através de uma barqueata, que reuniria pescadores e moradores da região. Houve certa visibilidade, embora não tenha conseguido atingir a grande imprensa, mas foi interessante para pautar a Serla (órgão estadual que cuida de rios e lagoas), que é responsável pelas obras de dragagem dos rios da região, que estão há 15 anos sem intervenção. A Serla teve que se explicar, entregar relatórios para imprensa. Ficou uma certa disputa na imprensa, eles dizendo que tinham ações na região, e nós dizendo que não era suficiente. Com a nossa pressão, o presidente da Serla fez até uma visita aos pontos críticos, mas ele não deu nenhum retorno em nome do governo estadual. No campo estadual, há uma retomada na identificação de violações de direitos contra participantes do Fórum Estadual de Reforma Urbana. Ali destacam-se as remoções, o processo de não regularização das ocupações e os processos de violação do direito ao saneamento ambiental. Estes são os eixos de luta que têm continuidade no processo de 2005.

Com relação à metodologia de seu trabalho, o programa adotou alguma mudança durante o ano passado? Se sim, qual foi ela e por que aconteceu?

Há uma mudança, primeiro pelo fato de a gente não trabalhar só com os movimentos sociais urbanos clássicos. Essa é uma primeira mudança que se registra. O programa se aproximou de grupos culturais e movimentos de juventude, no sentido de perceber a distância entre a juventude e os movimentos sociais. A outra questão é que a juventude se constitui, na Baixada, como um dos grupos mais precários. Se pensarmos sobre a violência e a falta de perspectivas, vemos uma necessidade de abrir um diálogo com esses grupos que não se organizam de forma tradicional, como associações de moradores, mas também apresentam seus meios de marcar sua identidade, de afirmar seu direito de expressar sua visão de mundo. Isso foi possível através de encontros periódicos com jovens da Baixada Fluminense que nós chamamos de Café Filosófico, onde sempre tem uma pessoa que provoca a discussão, que em geral é sobre a cultura popular, sobre a questão da violência, sobre o Hip Hop, racismo etc. A partir desse debate, se percebeu a necessidade de ter um encontro dessa diversidade de grupos

culturais para pensar tanto a criação de espaço cultural na região como para a reflexão de temas de cidadania. Esse é um processo novo que estamos construindo com novas linguagens. Temos aprendido muito sobre a forma como o jovem está se comunicando. E no plano dos movimentos mais tradicionais, acho que também há o reforço da importância de se constituir um processo que identifique as violações de direitos.

Paulo Demeter – coordenador do Programa Regional Bahia

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa esteve envolvido em 2005?

O estado da Bahia viveu em 2005 um contexto bastante difícil para as lutas populares e para os movimentos que defendem os direitos. Podemos contar alguns fatos principais, dentre vários, que mostram como certas condições de precarização social, política, econômica e ambiental se agudizaram no ano passado. Tornou-se mais explícita a contradição entre o projeto do agronegócio exportador e a agricultura familiar de pequeno e médio porte. A disputa histórica pelo acesso e uso de recursos naturais, que se espelha desde a questão fundiária mal resolvida até à reabertura da discussão sobre a transposição do rio São Francisco, é um exemplo claro em que estes interesses se chocam. A complexa questão fundiária brasileira se refelete na Bahia num cenário de poucas mudanças. Continua em ritmo muito lento o processo de reforma agrária: o número de desapropriações é pequeno, e a recuperação de antigos assentamentos é precária. O pouco apoio governamental à reforma agrária e à agricultura familiar encontra, na Bahia, um cenário desafiador. Isto pois a participação da agricultura familiar na economia baiana é expressiva: são 623 mil estabelecimentos familiares responsáveis por 40% do valor bruto da produção, além de ocupar 85% da mão de obra empregada em agricultura e pecuária no estado. No entanto, uma nova e importante ameaça surge no horizonte. Trata-se da chegada da cadeia produtiva do papel e celulose no sul da Bahia. A empresa Veracel vem adquirindo terras em larga escala com apoio do BNDES e de prefeituras da região. Muitos donos de terra começaram a plantar eucalipto para fornecer à Veracel, assim como pequenos proprietários recebem a oferta de agregar sua produção à monocultura que vai se formando. A Bahia corre o risco de viver, em curto prazo, o problema socioambiental grave que existe hoje no Espírito Santo devido à presença da Aracruz Celulose. Um fato novo que já poderia ser visto como reação a esse processo é o surgimento de novas entidades e movimentos baianos em defesa dos direitos de comunidades quilombolas. No contexto urbano, a região metropolitana de Salvador e as grandes cidades do interior continuam a viver sérios problemas de desemprego e precariedade do trabalho, além de altos índices de violência e criminalidade, e péssimos indicadores de renda, educação e saúde. Para completar, há uma acentuada marca de discriminação de raça, gênero e geração: negros, mulheres e jovens são sempre maioria nos estratos sociais mais prejudicados.

Como os movimentos sociais da área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? Qual foi o alcance destes movimentos e o grau de mobilização na área em que atua em 2005?

Além do que já está mencionado no item anterior, acrescentamos a continuidade de lutas locais em que se fazem enfrentamentos motivados por situações como ocupação de fazendas improdutivas, retomadas de áreas reivindicadas por povos indígenas, a eclosão quase que espontânea de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. Apesar disso, é inegável que a grande maioria das direções de níveis mais altos de vários movimentos sociais populares ficou indecisa quanto a enfrentar ou não o governo federal. A FASE Bahia não tem nenhum estudo ou levantamento preciso, mas parece que ações como o Bolsa Família alcançam muita gente em áreas de periferia, onde movimentos sociais já eram fracos e pouco representativos, e acabam gerando um certo reforço a comportamentos passivos, conformismo etc. A morosidade acaba vencendo a disposição de luta. No que se refere a políticas públicas, parece que um número maior de grupos populares, entidades e movimentos nacionais assumiu posicionamentos críticos em relação às sucessivas conferências (nacional, estadual, municipal), pois a imensa maioria de suas resoluções jamais saiu do papel.

Quanto às metodologias de trabalho social, notou alguma variação no ano de 2005? Seu eixo de trabalho mudou?

Não se pode dizer que mudou em 2005, mas trabalhamos cada vez mais com a certeza de que o antigo padrão centrado em sindicatos e associações de moradores está definitivamente superado pela realidade econômica, social e política que vem sendo constituída neste país. O problema é que essa nova conformação não possui traços definitivos, ou melhor, uma de suas características parece ser exatamente a constante mudança, a precarização, a informalização. Foram de 20 a 25 anos apostando em organizações piramidais, centralização dos conflitos entre capital X trabalho, e na ferramenta sindicato + associativismo + partido político + disputas eleitorais + conquistas de espaço no aparato institucional, para depois ver princípios e critérios de atuação social e política, de comportamento ético e moral, serem descartados sem a menor cerimônia pelas principais lideranças que se forjaram neste período. A população sabe que está mal, que seus direitos são negados, que suas perspectivas de melhoria na qualidade de vida estão bloqueadas, mas parece não enxergar alternativas. Se unir e se organizar para lutar contra quem? Contra o quê? Contra o Estado falido que alega não ter recursos para financiar políticas públicas necessárias à efetivação de direitos? Contra empregadores privados que não existem e não empregam sequer 30% da população que busca trabalhar? A FASE precisa continuar investindo na temática de direitos e políticas públicas; na desmistificação do orçamento público nos três níveis da Federação; no combate pela democratização dos meios de comunicação de massa; na responsabilização do Estado enquanto provedor de bens e serviços, através de políticas públicas, para que a população tenha acesso a direitos que já estão na legislação. O grande desafio é perceber que novo tipo de atores políticos (sujeitos sociais coletivos) devem merecer maior atenção de nossas intervenções educativas.

Rosemary Gomes – Assessora do Programa Nacional Direito ao Trabalho e à Socioeconomia Solidária

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa esteve envolvido em 2005?

Foi um ano intermediário. A gente sabe que 2006 é um ano de eleição e a economia solidária é um movimento novo. A gente tem uma secretaria de segundo escalão no governo (a Senaes), poucos recursos e ficou óbvia uma coisa que prevíamos nas conversas com a equipe da Senaes. Que seria como, com poucos recursos, não se transformar num grande balcão de atendimentos. A questão de financiamento de projetos seria muito pouco para a demanda desse movimento que hoje é enorme. Acharmos que deveríamos dividir os públicos e as políticas destinadas a cada público. No Fórum Brasileiro de Socioeconomia Solidária, que é o fórum da sociedade civil onde nós estamos, é atípico. Principalmente em 2005, aprendemos muito sobre os conflitos entre os movimentos da sociedade civil, e aí destaco o seguinte: temos segmentos das assessorias, onde estão as ONGs, sindicatos, Igreja e as universidades, temos o segmento do setor público onde está uma rede de gestores públicos além da Senaes representando o governo federal. E aí surgiu o terceiro segmento: trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária que não tinham uma organização própria. Era um público que aparecia nos momentos em que havia mobilização em plenárias e assembleias. Só que agora eles se organizaram e criaram o Fórum dos Empreendedores. Isso trouxe para as assessorias, principalmente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, um desafio. Lidar com o papel da assessoria e uma certa crítica e demanda qualificada dos produtores que antes não era organizada. Então hoje existe um confronto de posições. As ONGs têm posições claras com relação a fomento, a formação, capacitação etc. E os movimentos perguntam “quem disse que essa é a nossa pauta?” Eles perguntam porque as ONGs não assessoram quando eles as procuram. Houve uma certa disputa entre empreendimentos assessorados e aqueles não assessorados, que são a maioria. Um número muito pequeno de grupos é assessorado hoje. Nós sempre colocamos que nosso apoio é através dos fóruns, que é onde eles estão presentes, dando informação, trazendo ferramentas. E eles continuam dizendo que isso não é suficiente, querem um acompanhamento mais profundo com questões do tipo tecnologia para desenvolver produtos, a comercialização que sempre foi problemática, a questão da formação voltada para economia solidária e não só cooperativismo. Isso não significa que eles não reconhecem a Fase como uma ONG que colabora, mas dizem que devemos ter uma outra metodologia de apoio. economia solidária. Atender a construção de redes produtivas, diretamente na criação de ações concretas de comercialização. Um grande desafio de 2005 foi relacionar o movimento de economia solidária com juventude, cultura, mulheres e meio ambiente. Os movimentos perguntam como a gente pode ser complementar em vez de fazer as coisas de forma paralela. Outro desafio que está posto é que uma secretaria nacional não se mostra suficiente para organizar a base produtiva, seria preciso um ministério. O problema é que, do primeiro escalão do governo, temos a impressão de que eles não sabem o que é economia solidária, acham que se trata apenas da economia informal. Não é essa a proposta. A gente vai usar o mapeamento da Senaes de 2005 que percebeu 15 mil empreendimentos e fazer um estudo qualitativo dessas informações. A idéia é conhecer o perfil desses empreendimentos e trabalhar fomentos e políticas nacionais. Uma política nacional de comercialização, campanhas para consumo

responsável da economia solidária etc. A questão internacional. Cresceu fortemente o tema da integração regional, não apenas por ser o tema do FSM desse ano, mas porque o olhar dos países vizinhos sobre nós é o de que nós temos muito mais estrutura do que temos na verdade. E a gente, é verdade que em relação a estes países estamos avançando, mas nem tanto como eles percebem.

Como os movimentos sociais da área em que você atua traduziram suas lutas em 2005? E qual o grau de mobilização em sua área em 2005?

A gente teve uma grande vitória que foi o processo para instalar o Conselho Nacional de Economia Solidária, um processo que começou no ano passado e vai instalar o conselho agora. Essa é uma estrutura já prevista na medida provisória que criou a Senaes. Mas por falta de conhecimento sobre os procedimentos de como instalar o conselho, a gente demorou o ano todo para entender os mecanismos. Para 2006, está prevista a Conferência Nacional, com algo entre 2 mil e 4 mil delegados, que vão ratificar a plataforma de política que esse conselho vai ter como agenda. E tanto ele é um conselho da diversidade que hoje ele também é composto por setores que nós não tínhamos ao nosso lado. O sistema S, do Sebrae, e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) são os dois exemplos. A Senaes entende que um conselho, para ter força e capilaridade dentro do governo, ele precisa ter dentro de si a representação do cooperativismo oficial, além do coooperativismo da economia solidária. Nesse sentido, o movimento entendia que tínhamos que fortalecer essa instalação do conselho e trazer novos atores. Mas não trazer estruturas que trazem conflito. A Senaes entendeu de forma diferente. A gente lida com dificuldades da Frente Parlamentar porque a OCB, que representa os ruralistas, está bloqueando a lei do cooperativismo. A OCB fez uma proposta no ano passado de que a economia solidária tivesse uma lei própria, e que essa lei determinasse para a economia solidária as pré-cooperativas. Se formalizou, vai para o sistema OCB. Com isso, eles queriam fazer um pacto para manter com eles a unicidade do movimento cooperativista.

Quanto às metodologias, houve alguma variação no ano de 2005? Seu eixo de trabalho mudou?

A gente teve grandes mudanças. Sempre trabalhamos com redes de apoio verticalizadas, são as ONGs, tentando fazer projetos comuns no desenvolvimento local. Havia dificuldades, pois cada organização tem seu projeto institucional, e isso traz diferenças de público alvo e há também uma falta de capacidade de integrar projetos institucionais. Através da Senaes, tenta-se fomentar o trabalho conjunto em forma de parcerias. Formaram-se novas bases de trabalhadores e novas redes nacionais. Elas são uma nova metodologia de trabalho. Primeiro, para se afirmar como atores produtivos. Segundo, que para buscar fomentos e financiamento, os segmentos da economia solidária têm que fazer parcerias com quem antes dialogavam muito pouco. O trabalho por cadeias produtivas também é uma coisa nova. A economia solidária começa a trabalhar ou complexos cooperativos (fruticultura, cadeia do algodão) e que nós chamamos de cadeia produtiva. Uma das que mais avançou em 2005 e que é uma surpresa por sua agilidade é a cadeia

do algodão orgânico. Há setores de fiação, tecelagem e produtores de algodão orgânico, organizados numa cadeia que vai do sul ao norte do Brasil. Ela pega grupos e cooperativas em graus diferentes de organização e que trabalham juntos para fazer o produto final, que são as roupas de algodão orgânico que estão levando a marca Justa Trama. Este se tornou um projeto da Senaes para a cadeia produtiva. Outro muito forte é a Rede Abelha, que já existia no nordeste e que produz mel, também é prioritária para a Senaes. Há a cadeia da fruticultura, onde a FASE está muito envolvida no Pará. A gente ajudou muito a contruir relações entre redes diferentes e trazendo o debate da questão ambiental, através de tecnologias sociais. Então o Proninc (projeto em que a FASE participa como consultoria de incubadoras de cooperativas populares), por exemplo, traz as universidades para o trabalho de assessorar as cooperativas, a um acompanhamento. Isso está criando uma massa crítica e uma exigência para a instituição. Essa exigência é ter mais gente capacitada na questão do comércio, mercado, comercialização. São temas de que a FASE não tem mais como escapar. Seja pelo comércio internacional, seja comércio e sustentabilidade ou ainda a economia solidária. É um tema que atravessa o trabalho da FASE. Cruzar esses temas tem sido interessante. Por exemplo, antes víamos alguns grupos rurais como grupos de agricultura familiar somente. Hoje, muitos se identificam com a economia solidária. A identidade da economia solidária não obedece mais a esta separação, do tipo a economia solidária está no urbano, é artesanato e é trabalho de mulheres. O levantamento da Senaes mostrou que a economia solidária está no campo e em grupos mistos ou de homens. Até agora, o mapeamento demonstrou que foi correta a opção do nosso programa em investir mais no meio rural.

Sandra Mayrink Veiga – coordenadora do Núcleo de Comunicação

Qual o contexto político e a conjuntura em que seu programa ou área de atuação esteve envolvido em 2005?

O contexto é de um reposicionamento da própria Fase se vendo como uma entidade de direitos, integrando dois setores (o de Comunicação e o de Publicações), o que significa uma visão mais estratégica sobre a comunicação do que antes. Ainda é necessário aprimorar e dar mais importância à comunicação e seu potencial estratégico. Mas de qualquer forma já foi um avanço. A gente tem começado a desenvolver alguns projetos que vão facilitar isso. Basicamente, o boletim e o novo site da Fase. São ferramentas desenvolvidas para criar uma maior integração para dentro e um diálogo maior com a sociedade.

Como foi a interação do Núcleo com atores externos à Fase, no sentido de parcerias e trabalho conjunto?

Através dessas ações, tanto do site quanto do boletim, mas sobretudo através da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos. Foram constituídas muitas parcerias, basta entrar no site da campanha para ver a quantidade de parcerias em todos os estados do país. É claro que há níveis diferentes de aprofundamento nessas parcerias, mas temos parceiros como TV Justiça, TV Senado, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, pequenas ONGs, sindicatos, enfim. São muitos parceiros de

diversos tipos, com quem a gente tem mantido um diálogo e uma atuação em torno da campanha.

Quanto às metodologias, houve alguma variação no ano de 2005? Seu eixo de trabalho mudou?

A principal metodologia que tentamos contruir com mais força é a criação de canais de veiculação própria. Vídeos, programas de rádio, boletins, notas, editoriais em cima da conjuntura. Acho que é nisso que estamos investindo mais, e acho esse um bom caminho. O que não significa que não tenhamos um esforço de integração com outras mídias, inclusive integrando a campanha, por exemplo, em várias outras mídias. Pode abrir vários outros sites que você vai ver lá o banner da campanha O Brasil Tem Fome de Direitos piscando. Isso, eu acho que tem que ser mais aprimorado. Nesse ano de 2006, vamos tentar interagir mais com outras ONGs numa mídia mais agressiva, em que um possa divulgar o outro. Mas é importante que nosso investimento mídias próprias tem surtido efeito. Não sei quantificar o nosso feedback ainda, isso é muito subjetivo. Mas a gente tem mais pedidos no Fale Conosco do site, mais solicitações do público. Há solicitações de apoio a mídias de outras entidades, ou de serviços ocasionais de assessoria de imprensa. Isso mostra que a Fase está ocupando outro espaço.

Vicente Puhl – coordenador do Programa Regional Mato Grosso

Em que contexto político o seu programa esteve inserido no ano de 2005?

Foi o ano em que comunidades tradicionais indígenas e não indígenas entraram na agenda das políticas públicas e dos movimentos sociais. Como na região sudoeste do estado de Mato Grosso é forte a presença destas comunidades, durante 2005 passaram a reivindicar de forma mais incisiva do poder público uma tomada de providências quanto à regularização agrária dos seus territórios, respaldadas na lógica das políticas afirmativas do governo Lula. Assim, o ano de 2005 foi marcado por conflitos entre fazendeiros, apoiados por políticos locais, deputados estaduais e federais e o próprio governador, especialmente com comunidades Chiquitanas, do município de Porto Espiridião, e comunidades tradicionais da Morraria de Cáceres. Na região da fronteira entre Brasil e Bolívia foram identificadas, por pesquisadores da FUNAI, 31 comunidades Chiquitanas e boa parte delas passou a reivindicar a demarcação de áreas indígenas com apoio da FUNAI, FUNASA e Ministério Público. Esta política afirmativa aumentou os conflitos e ameaças de morte na região. Várias comunidades Chiquitanas, devido a ameaças e dependência financeira de fazendeiros (garantia de diárias) da região e devido a conotação pejorativa atribuída aos índios e bugres, renunciam a sua identidade étnica, gerando conflitos entre os próprios Chiquitanos. A ação de uma Força Tarefa envolvendo Ministério Público, FUNAI, FUNASA, Polícia Federal e Exército, representantes do CIMI e do CDH, de forma inesperada e sem o conhecimento da Fase, a diversas comunidade Chiquitanas, entre elas a São Fabiano, trouxe problemas para a FASE devido ao clima de desconfiança que se instalou na

comunidade em relação ao trabalho de agentes externos na comunidade, entre eles o da FASE.

Em 2005, o tema do agroextrativismo no cerrado também passou a ocupar maior espaço na agenda dos movimentos sociais e da FASE/MT como estratégia de sustentabilidade e conservação do Cerrado. Tal preocupação refletiu-se no aumento de oportunidades de apoio por parte de instituições nacionais e internacionais em ações relacionadas ao agroextrativismo.

A realização do II ERA- Encontro Regional de Agroecologia da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, em Cuiabá Mato Grosso, absorveu praticamente toda a equipe durante um mês na organização. A política da CONAB relacionada ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, revelou-se um importante instrumento de estímulo à produção na região, devido às possibilidades de acesso a recursos financeiros, pelos agricultores familiares.

Como os movimentos sociais ligados à sua área de atuação traduziram suas lutas em 2005? E qual foi o grau de mobilização alcançado?

As organizações representativas da agricultura familiar, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações, Cooperativas, e Movimentos sociais como o MST e o MPA incorporaram muito bem a política da CONAB do PAA, se colocaram o desafio de avançar na ocupação de espaço quanto ao mercado institucional e querem reverter o quadro de reduzido acesso ao PAA em Mato Grosso para 2006. Em função disso, constituíram uma coordenação estadual para construir uma rede de comercialização da produção da agricultura familiar de Mato Grosso. Por outro lado, estas organizações e movimentos não têm inserção junto às comunidades tradicionais que internamente não têm organização própria, o que as deixa extremamente fragilizadas como sujeitos e atores políticos. Em todo caso em 2005 conseguiram colocar a demanda do direito ao território na agenda das políticas públicas e conseguiram construir algumas alianças para fortalecer a ação política em 2006. O FORMAD, do qual a FASE/MT participa da coordenação, conseguiu reafirmar sua importância como ator político na definição da política ambiental de Mato Grosso, pois garantimos a representação do fórum na composição do comitê de monitoramento da nova estrutura de política ambiental do Estado, que criou a Secretaria de Meio Ambiente.

Com relação à metodologia de seu trabalho, o programa adotou alguma mudança durante o ano passado? No caso de resposta afirmativa, qual foi a mudança e porque ela aconteceu?

O contexto exigiu algumas mudanças na atuação em 2005 e especialmente requer modificações na atuação da FASE-MT para 2006. Com o conflito surgido na região que envolve a Comunidade Tradicional São Fabiano, onde a FASE desenvolve o projeto demonstrativo de agroecologia, houve momentos em que fomos obrigados a parar o trabalho planejado, para acompanhar o processo em curso e tentar compreender melhor a problemática da disputa do território e da auto-identidade da comunidade. Tivemos que gastar energia para explicar para a comunidade, que não se reconhece como indígena, que a FASE não é autora do pedido de demarcação da área indígena Chiquitana, que segundo um estudo antropológico da FUNAI envolve a comunidade São Fabiano. A situação exigiu que

buscássemos parcerias para enfrentar a problemática e iniciamos o debate na Universidade Estadual de Mato Grosso, que assumiu o compromisso de em 2006 investir na pesquisa sobre a questão do povo Chiquitano. Com a deflagração da “Operação Curupira” nos vimos obrigados a acompanhar e intervir na construção do novo Pacto Federativo da Gestão Florestal de Mato Grosso, que repassou funções assumidas pelo IBAMA ao órgão estadual de Meio ambiente, implicando conseqüentemente na criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que apresentou dois projetos de lei para apreciação da Assembléia Legislativa e que com muitas dificuldades a sociedade civil organizada acompanhou e tentou interferir. Além da proposição da FUNAI de criar áreas indígenas na região, em 2005, ações do MMA, de pesquisadores/as da UFMT e outros/as, bem como ações do INCRA colocaram a questão da situação e dos direitos das comunidades tradicionais na ordem do dia. Isto trouxe novas demandas para a FASE/MT em relação comunidades tradicionais não indígenas. Na região sudoeste de Mato grosso, pode-se incluir nesse quesito as comunidades ribeirinhas do pantanal, as comunidades chiquitanas localizadas próximas da Bolívia, as comunidades remanescentes de quilombos e as várias comunidades da Província Serrana entre os municípios de Porto Estrela e Cáceres. A FASE foi demandada pelas comunidades da Morraria a apoiar a regularização fundiária diferenciada para comunidades tradicionais e tivemos que investir em inúmeras reuniões e audiências com órgãos e universidades. A proposta política da CONAB, do PAA e da construção de uma Rede de Produção e Comercialização da produção da agricultura familiar nos fez investir na elaboração e negociação do Projeto CONAB/PNUD/FASE, projeto cuja execução iniciou em 2006 e revelou-se uma importante possibilidade dos agricultores familiares do estado acessarem o mercado institucional o que também demandou mais investimento da FASE na assessoria aos mesmos. Por conta da importância do extrativismo para conservação do cerrado, bioma extremamente ameaçado, investimos na elaboração de dois projetos, que foram aprovados e viabilizaram a contratação de consultoria específica para iniciar o trabalho com 8 grupos de extrativismo, procurando fomentar uma articulação entre estes grupos extrativistas, estratégia que está fortemente presente no plano de trabalho da FASE/MT em 2006.